

## ESTADO DO RÍO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER FAVORÁVEL Nº 3332/2023

REFERÊNCIA: EMENDA MODIFICATIVA - PROCESSO N. 0347/2023

RELATOR: DOMINGOS PROTETOR

Ementa: EMENDA MODIFICATIVA A EMENTA, AO ARTIGO 1º E ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI Nº 9358/2021.

## I - RELATÓRIO:

Trata-se de Emenda Modificativa (Processo n.º 0347/2023), apresentada pela nobre Vereadora Gilda Beatriz, que tem por objetivo "modificar a ementa, ao artigo 1° e artigo 2° do projeto de lei n°9358/2021".

A referida Emenda Modificativa foi devidamente encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para a verificação de sua constitucionalidade e legalidade, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o relatório. Passa-se a opinar.

## II - FUNDAMENTAÇÃO:

A presente Emenda Modificativa tem por fim modificar a ementa, ao artigo 1° e artigo 2° do projeto de lei n°9358/2021.

O Autor da Emenda Modificativa justifica que:

"A presente emenda modificativa visa corrigir a Ementa, o artigo 1º e 2º do Projeto de Lei nº 9358/2021, abarcando não só crianças com deficiência ou mobilidade reduzida, mas indivíduos acompanhados de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou com transtorno do espectro autista – TEA.

Importante ressaltar que a Constituição Federal, em seu art. 227, inciso II, §1°, prevê expressamente a "criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental, bem como a inclusão social desse expressivo grupo populacional mediante, entre outras medidas, o treinamento para o trabalho e a convivência, a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação".(...)"

De início, há de se ter em conta que a matéria objeto da proposição legislativa em comento encontra-se entre aquelas de iniciativa parlamentar, razão pela qual, nos termos do art. 59 da Lei Orgânica do Município de Petrópolis (Emenda à Lei Orgânica Municipal n.º 025, de 10/10/2012), <u>não há qualquer óbice à sua tramitação.</u>

Cumpre observar também que, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis (Resolução n.º 125, de 14/12/2012), é perfeitamente possível a apresentação de emendas modificativas a projetos de lei. Confiram-se o art. 73 *caput*, inciso IX e o art. 89 *caput*, inciso II, do diploma mencionado:

"Art. 73 Proposição é toda matéria submetida a exame ou deliberação do Plenário.

§1.º As proposições poderão consistir em:

*(...)* 

IX - Emenda ou Subemenda; (...)"

"Art.89 Emenda é a proposição apresentada por Vereador ou por uma Comissão como acessória de outra, podendo ser supressiva, modificativa, aditiva ou de redação, nos termos seguintes:

*(...)* 

II – Emenda modificativa é a proposição que altera a outra.

(...)" (grifei)

Outrossim, enfatize-se que a Emenda Modificativa em análise, não interfere na estrutura e organização da Administração Pública Municipal, não esbarrando, de modo algum, nas matérias de iniciativa reservada ao Prefeito Municipal, previstas no art. 60, incisos I a IV e art. 78, inciso XXXVII, da Lei Orgânica do Município de Petrópolis. Assim, <u>não há que se falar em vício formal de inconstitucionalidade, devendo esta proposição seguir seu trâmite normalmente</u>.

Ademais, observe-se que a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Petrópolis/RJ (Lei n.º 025, de 10/10/2012) trazem em seu bojo a competência do Município para legislar sobre interesse local. Assim, prescrevem o art. 30 *caput*, incisos I e art. 16 *caput*, § 3.º, respectivamente:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

*(...)*"

"Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:

*(...)* 

§3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual. (...)"

Do mesmo modo, é louvável a iniciativa da ilustre Vereadora Gilda Beatriz em propor a Emenda Modificativa em analise, visto que, em suas palavras:

"(...) No entanto, mesmo que busque conferir maior proteção a este grupo vulnerável, não se pode ignorar que a garantia dos direitos desses cidadãos perpassa pelo reconhecimento das necessidades especiais não apenas da pessoa com deficiência, mas de todo seu núcleo familiar e de seus responsáveis.

Fato é que, muitas vezes, familiares e responsáveis conferem dedicação integral a estas pessoas e precisam levá-las, inclusive, para executar as mais diversas tarefas rotineiras, como, por exemplo, fazer compras em supermercados.

Página: 1

Em que pese se tratar de uma tarefa aparentemente simples, apenas quem passa pela necessidade de levar uma pessoa com deficiência, com mobilidade reduzida ou com transtorno do espectro autista, a um local público, com grande circulação de pessoas e mercadorias, sabe o quanto isto pode ser desafiador.

Nesse sentido, diversos e reiterados são os clamores desses cuidadores pela sensibilização social e pela adoção de medidas que assegurem não apenas a segurança física do indivíduo, mas a dignidade da pessoa humana, tanto do dependente quanto de seu núcleo familiar."

Portanto, estando a proposição legislativa em tela, da nobre Vereadora Gilda Beatriz, em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município de Petrópolis, com o Regimento Interno desta Casa Legislativa e, diante da importância da matéria proposta e todos os benefícios que a mesma trará a esta cidade, <u>opina-se, favoravelmente, à Emenda Modificativa nº 0347/2023.</u>

## III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do art. 35, I, a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação da **Emenda modificativa 0347/2023.** 

Sala das Comissões em 15 de Fevereiro de 2023

Vogal

**DOMINGOS PROTETOR** 

Vogal